



EDITAL

PARTE A

LICITAÇÃO Nº 06 /CPL/2023

PROCESSO N.º 0943/2022 – APENSO Nº 8309/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 8.804.749,79 (Oito milhões, oitocentos e quatro mil, setecentos e quatro mil e setenta e nove centavos)

ORIGEM DOS RECURSOS: 0158/0084 – 0084 – 0084 - 0006

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.01.12.306.0029.2032/12.01.12.361.0029.2033 – 31.01.04.122.0006.2275 – 03.01.06.122.0006.2010 – 22.01.08.244.0013.1139

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00.00.00 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - 3.3.90.30.00.00.00.00 – 3.3.90.30.00.00.00.00.

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE – GUARDA MUNICIPAL. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS).

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ DIA 11 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 11 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender as secretarias: Educação - Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), conforme especificações constantes neste termo de referência.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados à Rua Juiz Emílio Carmo – 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 2 (duas) resmas de papel A4 e identificação do interessado.

O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico www.paracambi.rj.gov.br

Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 2683-9103 – 2683-9115 ou e-mail: comprasmp2paracambi@gmail.com

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP: CHEFE DE GABINETE

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE – GUARDA MUNICIPAL. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS).

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata SRP
Anexo 8	-	Minuta de Contrato

Agente responsável pela elaboração do edital



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

O Município de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **VANIA ABBES DE ALMEIDA** e equipe de apoio **Gilcea Bitencourt Rodrigues, Charles de Deus Silva, Ticiane dos Santos Sarubi e Luciane Maria Gomes Alfeld Cruz** designados pela Portaria nº **236/2022 de 16 de agosto de 2022** torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **06/2023** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, a partir do **SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, de conformidade com as disposições Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 5.267/2021, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1- Os envelopes contendo a documentação e proposta serão recebidos na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, na sala da CPL, na sala da CPL até o dia **11 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no dia **11 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10 HS**, horário de Brasília - DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as pessoas jurídicas que apresentarem propostas até o dia e hora dispostos no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, mediante comunicação pelo Pregoeiro responsável.

1.4 - **ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP:** CHEFE DE GABINETE

1.5 – **ÓRGÃO PARTICIPANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE – GUARDA MUNICIPAL. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS).

2 - OBJETO

2.1 – A presente licitação tem como objeto, REGISTRO DE PREÇOS para **Aquisição de Gêneros Alimentícios**, para atender as secretarias: Educação - Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) , conforme descritos e especificados no **ANEXO 6** – Termo de Referência.

2.2 – Em atendimento ao inciso III, do art.48, da Lei Complementar nº.123/2006, o quantitativo estimado para os itens que superem o valor até R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será dividido em grupo 1 – ampla participação, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) e grupo 2 – cota reservada, correspondente a 25% do total (vinte e cinco por cento).

3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em : **R\$ 8.804.749,79 (Oito milhões, oitocentos e quatro mil, setecentos e quatro mil e setenta e nove centavos)** conforme Anexo 1.1 deste edital.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e, a critério do Município, comunicados aos adquirentes do edital, via telefax, telegrama, e-mail ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório do convite serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes na parte A deste edital, e deverão ser formalizados por escrito, encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.



4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. A licitante deve impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes com as propostas de preços, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços.

5 – PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do presente Pregão Presencial, as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constante deste Edital e de seus Anexos.

5.1.1. Para os itens do Grupo 1 - Ampla participação (75%) os interessados que atendam aos requisitos do edital.

5.1.2. Para os itens do Grupo 2 - Cota reservada (25%) as empresas enquadradas como microempresa – ME e empresa de pequeno porte – EPP, inclusive microempreendedores individuais – MEI que observem o art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos dos incisos I e III, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.2.1. Os participantes do Grupo 1 - Ampla participação (75%), além da proposta de preços relativa ao quantitativo da referida cota, **deverão**, para o caso de o objeto da cota reservada não vir a ser adjudicado a licitante enquadrado como ME, EPP ou MEI, apresentar proposta para o quantitativo integral do objeto (100%), circunstância em que será observado o disposto no item 10.15.

5.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado à reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.4 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 - Não será permitida a participação em consórcio.

5.6 - Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.9 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:



a) Quando se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa será exigido procuração via instrumento público ou carta de credenciamento (**Anexo 04**), a ser entregue fora de qualquer envelope, dirigida ao Pregoeiro com referência ao presente edital, em original ou cópia devidamente autenticada e com reconhecimento de firma em cartório, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no registro público competente, acompanhado da ata de assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social apresentado.

6.1.1 - A não apresentação do credenciamento, nos termos exigidos neste edital, impedirá a oferta de lances verbais e a manifestação da intenção de interpor recursos por parte do representante da licitante, não havendo impedimento para participação da licitação.

6.1.2 – É vedado que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

6.2 - Deverá ser apresentada pelo licitante, juntamente com o credenciamento, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora de qualquer envelope, inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

6.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que tenham mandato para firmarem por escrito a declaração que cumpre plenamente os requisitos no momento da abertura do certame.

6.2.2 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 6.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

6.3 – A microempresa ou empresa de pequeno porte, além de apresentar a declaração do item 6.2, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05**, declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluída das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.3.1 – O microempreendedor individual, além de apresentar a declaração do item 6.2, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme **Anexo 05** declarando que é beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, e que está excluído das vedações impostas no § 4º, do art. 3º do respectivo diploma legal, não sendo a ausência desta declaração impeditiva da participação da licitante, mas apenas deixará de gozar do benefício.

6.4 – Os documentos necessários para credenciamento deverão ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

6.5 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

7.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua documentação e proposta, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta

ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS

LICITAÇÃO N.º

PREGÃO PRESENCIAL

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:



ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

7.1.1 - Os licitantes interessados nos itens do Grupo 1 - Ampla participação (75%) do objeto licitado deverão incluir no envelope de propostas, além do formulário direcionado especificamente à cota principal, formulário que contemple o preço ofertado para o quantitativo integral (100%) do objeto, conforme modelos anexos ao presente edital.

7.1.2. As propostas de preços direcionadas ao quantitativo integral do objeto licitado somente serão analisadas pelo pregoeiro nos termos do item 10.15.

8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. - A efetiva participação no Pregão Presencial dar-se-á por meio de entrega dos envelopes de documentação de habilitação e proposta de preços, até o dia e o horário previsto no item 1.1.

8.1.1 - Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

8.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

8.3 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.4- A proposta de preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações, desde que esteja igual ao formulário oficial de proposta (**Anexo 1**).

8.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

8.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do Pregão Presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

8.7 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no (**Anexo 06**) deste Edital serão desconsiderados.

8.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo de entrega será de 72 (setenta e duas) horas, a contar da ordem de fornecimento.

8.8.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.



8.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- a) onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- b) onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- c) onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;
- d) em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- e) em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.9.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- a) não estejam devidamente assinadas;
- b) contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;
- c) contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- d) apresente preço manifestamente inexecutável;
- e) possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- f) que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- g) não observar o disposto nos itens 7.1, 8.3 e 8.4 deste Edital.

8.10.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum licitante inexecutável, concederá ao respectivo o prazo de 2 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende prestar são coerentes com os do mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

8.11 – Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura dos envelopes de propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

9.3. A sessão de julgamento será realizada em duas etapas distintas, de acordo com a cisão dos itens em cota reservada e cota principal.

9.4. De modo a atender o tratamento diferenciado previsto no inciso III, do art. 48, da Lei Complementar n.º 123/2006, o Pregoeiro deverá, em primeiro lugar, analisar as propostas direcionadas à cota reservada (25%).



9.5. Após a adjudicação da cota reservada (25%), o Pregoeiro deverá passar à análise das propostas direcionadas à cota principal (75%).

9.6. A análise das propostas direcionadas ao quantitativo integral do objeto somente será realizada pelo Pregoeiro na hipótese descrita no item 10.15.

9.7. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, o item deverá ser adjudicado pelo menor preço apresentado.

9.8. No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9.9. Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

9.10 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), àquela de menor preço.

9.11 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais escritas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º, do art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, será realizado sorteio para definição da ordem de oferecimento dos lances verbais.

9.12 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 9.10, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.13 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, a partir do autor da proposta de maior preço, seguindo-se os demais classificados, em ordem decrescente de valor.

9.14 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.15 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada ao Pregoeiro a prorrogação.

9.15.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

9.15.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.16 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

9.17 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.



10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento, **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/2006 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

10.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.18 do edital.

10.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

10.11 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade de redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha a ser desclassificada.

10.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas neste Edital.

10.13 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

10.14 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993; em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal nº 8.666/1993.



10.15 - Na hipótese de o objeto dos itens do Grupo 2 - cota reservada (25%) não ser adjudicado à licitante enquadrado como ME, EPP ou MEI, serão analisadas as propostas apresentadas para o quantitativo integral do objeto (100%), caso em que todo o quantitativo será adjudicado a um único licitante.

10.16 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

10.17 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.18 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima do referido critério.

10.19 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a nota de empenho.

10.20 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas, na forma do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – No caso dos documentos a serem autenticados por servidores da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.

11.2 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

11.2.1 - Habilitação jurídica

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) Registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, do Código Civil, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, do mesmo diploma legal, as pessoas naturais incumbidas da administração.



11.2.2 - Regularidade fiscal e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei Federal nº 8.212/1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

c.3.1) os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi, sem prejuízo do atendimento do item c.3;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

f) Autorização da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual validada para comercialização de gêneros alimentícios.

11.2.2.1 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

11.2.2.2 - Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.2.2.3 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.2.2.4 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.3 – Qualificação econômico-financeira:

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições;



a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, caracterizada pelos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), não sendo permitido a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, calculados e assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante, através das seguintes fórmulas:

b.1) Índice de liquidez geral (ILG)

ILG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC}$$

Onde:

AC: ativo circulante

ANC: ativo não circulante

PC: passivo circulante

PNC: passivo não circulante

b.2) Índice de solvência geral (ISG)

ISG \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

Onde:

AT: Ativo total

PC: Passivo circulante

PNC: Passivo não circulante

b.3) Índice de liquidez corrente (ILC)

ILC \geq 1, obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC: Ativo circulante

PC: Passivo circulante

b.4) Na hipótese de o licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

b.5) A apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

b.6) - As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

b.7) Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC- do Contador que assina o Balanço Patrimonial da empresarial participante da Licitação.



11.2.4 – Da Qualificação Técnica:

a.1) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado.

11.2.5 – Declaração complementar, conforme **Anexo 3**, consignando que:

a) assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;

b) atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade nos termos da legislação aplicável;

c) não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;

d) não possui em seu quadro funcional nenhum servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

e) garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;

f) os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção;

g) Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

h) Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2.6 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Após declarado o vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/2002, devendo a licitante manifestar imediata e motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo ser protocolada no horário de 10:00h às 16:00h na sala da CPL, situada na Rua: Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, exclusivamente por escrito.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.



12.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL, no horário de 10:00h às 16:00h.

12.8 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com o disposto no art. 41, § 2º da Lei Federal nº 8.666/1993.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO RECEBIMENTO

14.1 - O objeto do contrato será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

14.2 - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.3 – A fiscalização da execução contratual será exercida pela Comissão de Fiscalização, formada por 3 (três) servidores, formalmente designada pelo órgão requisitante.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 – O prazo de entrega do objeto será de até 15 (quinze) dias, a contar da ordem de fornecimento expedida após a assinatura do contrato administrativo ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos moldes do art.65 Lei Federal nº.8.666/1993.

16 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o Município convocará o primeiro colocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

16.1.1 – Na ata de Registro de Preços constará:

a) número da Ata, do processo administrativo e da licitação a que se refere;

b) identificação do objeto e a quantidade total estimada;

c) relação de fornecedores, pela ordem de classificação final no processo licitatório;

d) preço unitário do vencedor do respectivo item, com menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;



e) valor total estimado para a execução do objeto;

f) órgãos e entidades participantes do registro;

g) prazo de vigência do registro;

h) menção do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;

i) necessidade de permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;

j) critério de repactuação dos preços registrados em razão da superveniente alteração da realidade de mercado;

k) limites global e individual para solicitações de adesão;

l) sanções pelo descumprimento de suas diretrizes;

m) hipóteses de cancelamento e extinção prematura.

16.2 – Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função de propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e no sítio oficial da Prefeitura, ficando disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços.

b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata.

c) os órgãos participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

16.3 – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo cumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

16.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.5 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) for atestado o descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;

b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

c) o prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;



e) for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

16.5.1 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.5.2 – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

16.6 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata.

16.7 – A utilização da Ata de Registro de Preços por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, devendo ser observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.8 – A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos nos subitens 16.11 e 16.12, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

16.9 – A solicitação de adesão deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.10 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

16.11 – O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.12 – O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

16.13 – A ata de registro de preço decorrente do presente procedimento terá o prazo de validade de 12 (doze) meses.

17 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA

17.1 – A Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação poderá ser modificada pelo Município, sendo obedecidas as disposições contidas no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

17.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a



comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.

17.5 – Nas hipóteses descritas nos subitens 17.3 e 17.4, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

17.6 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo do Órgão Requisitante.

18.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo Município não eximirão a empresa a ser contratada de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

19 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

19.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

19.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

19.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.



19.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

19.1.7 - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

19.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

20 - RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 - O Município fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela contratada e aceita pelo Município.

21.2 - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

21.3 - Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

21.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a contratada promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, "a", da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.8 – Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

22 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

22.1 - O preço global para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$9.348.155,39 (nove milhões, trezentos e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos)** conforme especificações do Termo de Referência.

22.2. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice IGPM (índice de reajuste).

22.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



23 - DA GARANTIA

Não será exigida garantia Contratual para este Pregão Presencial nas modalidades previstas no art.56 da Lei nº8.666/93..

24 - DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

24.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua: Juiz Emilio Carmo, 50 – Centro - Paracambi/RJ, tel.: (21) 2683-9103 – 2683-9115, no horário de 10:00 às 16:00 horas.

24.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5 - O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do contratado para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6 - Não havendo expediente na CPL, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

24.7 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes, no balcão de atendimento da CPL.

24.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.9 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.10 - Integram este Edital os seguintes Documentos:

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;

Parte B - Procedimentos da licitação;

Anexos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Termo de Referência
Anexo 7	-	Minuta da Ata de SRP
Anexo 8	-	Minuta de Contrato

Paracambi, ____ de _____ de 2023.

Agente responsável pela elaboração do edital



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
GRUPO 01 – (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023
PROCESSO N.º 0943/2022 APENSO N.º 8309/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender as secretarias: Educação – Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	Açúcar refinado, saco de 1 kg, valido no mínimo 6 meses.	KG	25.560			
03	Alho de 1ª qualidade - O produto deverá apresentar registro em órgão competente, não deverá apresentar problemas com coloração não característica, estar machucado, perfurado, estar com médio grau de amadurecimento. O produto deve estar intacto.	KG	5.905			
04	Arroz Tipo I, Subgrupo Polido kg O produto não deverá apresentar problemas com coloração não característica, manchas escuras, avermelhadas e/ou esverdeadas, perfurações, carunchos e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 5kg, com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	KG	82.120			
05	Aveia - farinha, sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição e características do produto - Embalagem 200g.	CX	54.750			
10	Batata Inglesa, In natura de 1º qualidade, lavada, lisa, compacta e firme.	KG	39.090			
14	Biscoito, apresentação quadrado, sabor água e sal, classificação salgado, em embalagem com 200g no mínimo, características adicionais sem recheio.	PCT.	26.830			
23	Carne acém picada bovina. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, deve conter no máximo 15% de gordura conforme IN 83/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ser isenta de cartilagens, de ossos, presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperadas e devem ser entregues congeladas. O produto deve estar embalado; a embalagem deve estar intacta, em pacotes de 5 kg, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Obs.: o produto somente será recebido se o percentual de índice máximo de perda por degelo for inferior a 8% (oito por cento) do peso bruto do produto.	KG.	65.800			
27	Chocolate, em pó, solúvel, 50% cacau, acondicionado em embalagem com no mínimo 1kg, contendo as características do produto.	PCT.	4.166			
31	Extrato de tomate simples concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, devera ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem peles e sementes. O produto devera estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso. Embalagem de 350 gramas cada podendo ser lata ou sache.	CX.	32.320			
32	Feijão preto Tipo 1. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar perfurações - carunchos ou outros insetos, não deve estar murcho e esbranquiçado ou mofo. Deve apresentar odor e sabor característico e não deve estar velho. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1kg, prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega.	KG.	28.255			



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

33	Filé de peixe, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - embalagem de 5kg.	KG.	22.005			
36	Isca de fígado embalagem de 5kg em saco próprio para congelamento etiquetado com data de validade.	UND.	19.516			
39	Leite em pó integral - PCT 400G Ingrediente: Leite integral. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. Deve conter no mínimo 9% de proteína/porção, 24% de cálcio/porção, até 17mg de colesterol/porção. O produto não pode conter Glúten nem Maltodextrina. A embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	44.975			
50	Moela de frango - kg Limpa e congelada, embalagem de 1 Kg. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais. A embalagem deve estar intacta e com prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	KG.	19.500			
51	Óleo de soja - 900ML O produto deverá apresentar registro em órgão competente, deve ser transparente, em garrafa PET, com cheiro e sabor próprio. Não deverá apresentar problemas como presença de impurezas, embalagens amassadas e/ou estufadas, perfurações e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em garrafas de 900ml, com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	UND.	20.880			
52	Ovos de galinha tipo extra classe a, sem manchas ou sujidades, tamanho uniforme cor branca, proveniente de avicultor com inspeção oficial apresentar casca lisa pouco porosa resistente e formato característico acondicionado em caixa contendo 1 dúzia perfazendo no mínimo 720g.	DZ.	30.650			
58	Peito de frango - KG Sem osso, sem pele, limpo, magro. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deve apresentar nervos (inervações), presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperadas e devem ser entregues congeladas. O produto deve estar embalado; a embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Obs.: o produto somente será recebido se o percentual de índice máximo de perda por degelo for inferior a 8% (oito por cento) do peso bruto do produto.	KG.	82.200			
69	Suco de maracujá concentrado, na embalagem deverá constar modo de preparo, data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. validade mínima de 6 meses a data de entrega. embalagem de 500 ml (garrafa).	UND.	8.075			

VALOR TOTAL: R\$

PRAZO PARA EXECUÇÃO: 12 MESES.

Data:

Validade da Proposta: 60 dias.

Carimbo de CNPJ
Assinatura do Representante Legal da Empresa devidamente identificado



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 1
FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA
GRUPO 02 – (COTA RESERVADA PARA ME, EPP e MEI)

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023
PROCESSO N.º 0943/2022 – APENSO Nº8309/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender as secretarias: Educação – Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

EMPRESA:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
BANCO/AGÊNCIA:
CONTA BANCÁRIA:

EMAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Abacaxi de primeira, pesando no mínimo 400 gramas. Deverá estar com a casca firme apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isento de sujidades, parasitas e larvas.	KG	96			
06	Azeite tipo puro (virgem+refinado), lata de 500ml.	UND.	2.470			
07	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, vidro de 500g, drenado.	KG	96			
08	Banana prata, Extra, subclasse 4 ou 5, em buquê ou penca. Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, de danos por lesão de ordem física ou mecânica; aroma, cor e sabor próprios da espécie, tamanho desenvolvido e uniforme.	KG	856			
09	Batata frita embalada, tipo palha fina, características adicionais pronta para consumo pct 500g.	PCT	768			
11	Bebida láctea sabor morango, embalagem de 1 litro, com prazo de validade de no mínimo 30 dias a partir da data de entrega.	UND.	240			
12	Bebidas láctea no sabor de chocolate de 200ml.	UND.	14.000			
13	Biscoito doce Tipo rosquinha, em embalagem com 400g no mínimo, de sabor coco de 1ª qualidade.	PCT.	16.155			
16	Biscoito doce Tipo rosquinha, em embalagem com 350g no mínimo, de sabor chocolate de 1ª qualidade	PCT.	610			
17	Biscoito doce, tipo sequinhos, sem recheio, composição básica farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, acondicionado em embalagem fechada. Pacote com mínimo de 400g.	PCT.	240			
18	Biscoito recheado - sabores variados, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em saco plástico impermeável, fechado.	PCT.	3.240			
19	Biscoito salgado - apresentação em diversas formas isento de mofo e substâncias nocivas, com consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem plástica, atóxica, Embalagem com mínimo de 500g.	PCT.	250			



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

20	Bolinho sabor baunilha massa: açúcar, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovo, gordura vegetal, açúcar invertido, farinha de soja, sal, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de sódio conservador propionato de cálcio, aromatizante. Recheio: açúcar invertido, gordura vegetal, sal, aromatizantes, conservador sorbato de potássio, estabilizantes monodiglicerídeos e polisorbato 60. Contém Glúten. Elaborado em equipamentos onde se processam produtos com derivados do leite.	UND.	13.000			
21	Bolo de sabores variados - obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar com boa aparência macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, "embatumados" aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais, devem estar livres de sujidades ou qualquer outro tipo de contaminantes como fungos ou bolores.	UND.	513			
22	Canjica Branco, acondicionado em embalagem de 500g, contendo a descrição das características do produto.	UND.	400			
24	Cebola Branca - O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica, estar com médio grau de amadurecimento, não deve apresentar sabor insatisfatório e nem alterado.	KG.	10.310			
25	Cenoura, Categoria extra e classe 18. Deverá estar fresca, sem folhas, uniforme e no ponto para o consumo. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como: dano mecânico, deformação grave, injúria por pragas ou doenças, lenhosa, murcha, ombro verde ou roxo, podridão, rachada e radícula. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG.	780			
26	Chá mate em sachê, preparado a partir das folhas da erva-mate, especialmente selecionadas e tostadas, em embalagem com 25 unidades, peso 40g e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UND.	210			
28	Colorífico preparado com matérias primas de boa qualidade e não apresentando cheiro acre ou rançoso. Não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal.	KG.	110			
29	Copo de água mineral (200ml) com 24 unidades.	PCT.	2.000			
30	Ervilha, reidratada, em conserva, contendo no mínimo 300g, embalagem em lata, com identificação do produto e prazo de validade.	LATA	538			
34	Fubá, - KG O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais. Deve estar bem solto e seco no pacote, ter cor e odor característico, sem formação de grumos, não deverá apresentar problemas com misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1 kg com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	KG.	3.850			
35	Geléia de frutas de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data	UND.	227			



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.					
37	Laranja pêra - fresca, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvido. As frutas não poderão apresentar manchas ou defeitos na casca; a polpa deverá estar intacta e uniforme. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato	KG	560			
38	Leite (embalagem tetrapack com 01 litro) - produto de origem animal (vaca), líquido fluido, homogêneo, de cor branca opaca, esterilizados UHT. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Deve ser oriundo de estocagem correta: sem umidade e danos na embalagem. Observar que a empresa fabricante não tenha sido envolvida em fraudes nos últimos 24 meses.	LITRO	2.790			
40	Maça nacional - tamanho grande, de 1ª qualidade. O produto não deverá apresentar problemas com coloração não características, não estar machucada, perfurado, muito maduro e nem muito verde.	KG	706			
41	Macarrão tipo parafuso com ovos - pct 500G. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, estar inteiros e firmes. Não deve apresentar cor esverdeada com pontos brancos e cinzas, mofo, não deve apresentar perfurações-carunchos e outros insetos, pó branco solto no pacote, misturas inadequadas ao produto, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 500g, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	UND.	9.150			
42	Maionese tradicional, embalagem vidro, contendo no mínimo 500g, com baixo teor de gordura, com identificação do produto e prazo de validade.	UND.	444			
43	Manteiga cremosa extra, com sal, acondicionada em embalagem com 200g.	UND.	855			
44	Manteiga cremosa extra, com sal, acondicionada em embalagem com 500g.	UND.	250			
45	Margarina vegetal cremosa com sal - PT 500G. Produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal., em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 500g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	UND.	1.850			
46	Melancia Graúda, tamanho e coloração uniformes, consumo imediato e em escala, no decorrer da semana no máximo 7 (sete) dias antes do vencimento. produto selecionado com polpa firme e intacta, maduro, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	KG	408			
47	Melão de 1ª qualidade, fresco, frutos com maturação adequada ao consumo, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, livre de resíduos de	UND.	96			



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	fertilizantes, devendo ser transportadas de forma adequada.					
48	Milho para pipoca, tipo 1. Apresentação em embalagens de 500g, que deve constar externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. O produto não deve apresentar manchas.	KG.	580			
49	Milho verde em conserva - simples grãos inteiros, imerso em líquido de cobertura, tamanho e coloração uniformes, com grãos de milho previamente debulhados, envasados e cozidos ou précozidos, imersos em líquido de cobertura apropriada, submetidos a processo tecnológico adequado, antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Embalagem com mínimo de 300g.	LATA	1.776			
53	Pacote de bombom com 50 unidades, recheio cremoso de castanha de caju, envolvido por uma camada de waffer e cobertura de chocolate, em formato redondo, embalagem com 950g. Ingredientes: Água, açúcar, casquinha de biscoito (água, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, oleína de palma, sal, emulsificante lecitina de soja e corante caramelo I), gordura vegetal, leite em pó desnatado, castanha de caju, óleo vegetal de palma, xarope de glicose, lactose, cacau em pó, liquor de cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite, caramelo, extrato de malte, doce de leite, óleo vegetal de milho, amido, leite em pó integral, manteiga de cacau, flocos de arroz, sal, emulsificantes mono e diglicerídeos ácido graxos, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, corante caramelo I, espessantes goma guar, goma jataí, carragena e goma xantana, aromatizantes, regulador de acidez bicarbonato de sódio e agente de firmeza fosfato de cálcio.	PCT.	960			
54	Pão de forma, embalagem de 500 gramas, empacotado individualmente. Enriquecido com ferro e cálcio. Produto de cor branca no miolo e cor marrom na casca. Consistência macia. Produto isento de gordura trans.	PCT.	1.380			
55	Pão para cachorro quente, fresco, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea.	UND.	14.000			
56	Pão, tipo bisnaguinha, feito de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, ovo, glicose de milho, sal refinado, glúten de trigo, leite em pó integral, emulsificantes lecitina de soja e estearoil-2-lactil lactato de cálcio, conservadores propionato de cálcio e sorbato de potássio e antioxidante ácido ascórbico. Pacote com 300g.	PCT.	388			
57	Patê de Presunto - o produto deve estar embalado, a embalagem deve estar intacta com mínimo de 100g.	UND.	100			
59	Pêra, deverá ter tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Peso aproximado de 200g por unidade. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	96			
60	Pimentão, características adicionais 1ª qualidade/sem fungos/consistência firme, tamanho	KG	374			



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	médio a grande, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.					
61	Presunto cozido fatiado - produzido com carne de pernil suíno cozida, fatiada e resfriado. Textura macia, suavemente temperada e coloração rosada. Será tolerada a adição de pequenas quantidades de água, amido, soja e corantes naturais. O presunto deverá ser preparado com carnes suínas em perfeito estado de conservação, não sendo permitida a substituição por carne bovina e nem o emprego de carnes e gorduras provenientes de animais eqüinos, caninos e felinos. A porcentagem de água não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) em peso. O presunto fatiado deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Devendo estar refrigerado ou congelado.	KG.	1.022			
62	Queijo prato fatiado - produzido a partir de leite pasteurizado, cloreto de cálcio, fermento láctio, coalho bovino e cloreto de sódio (sal). Manipulada em condições higiênicas, com mínimo aceitável de gordura e sal e de bom paladar. O queijo fatiado deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Devendo estar refrigerada e transportada à temperatura de 6° C a 10° C ou congelada.	KG.	1.022			
63	Refrigerante - sabores diversos, embalagem de 2 litros. Composição: água gaseificada, açúcar líquido, extrato de cola, uva, laranja ou guaraná, aroma natural, acidulante, conservante e não alcoólico.	UND.	1.520			
64	Requeijão Cremoso, embalagem contendo no mínimo 250g, com identificação do produto e prazo de validade.	UND.	480			
65	Sal refinado - kg O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1kg prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	KG.	5.420			
66	Salsicha - hot dog, fresca, c/ condimentos triturados, misturados e cozidos, pesando aproximadamente 50g por unidade, temperatura conservação 10°C.	KG.	1.124			
67	Suco de caixa, embalagem de 1 litro, sabores variados.	UND.	3.600			
68	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml.	UND.	9.475			
70	Tomate kg, Extra, tamanho médio e grupo de cor vermelho ou rosado. Deverá estar no ponto para consumo, maduro, firme, uniforme, com brilho, aroma e sabor característico da espécie. Não serão tolerados os defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo ou rendimento como: danos mecânicos ou de frio, fruto imaturo, com sinais de podridão ou amassado. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG	1.530			
71	Vinagre 750ml - Produto natural fermentado, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais, com identificação do fornecedor, data de validade, data de fabricação e lote.	UND.	2.372			
72	Xarope de guaraná natural concentrado adoçado - 1 litro.	UND.	270			



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

73	Abobora Moranga madura, com peso mínimo de 3kg a unidade.	KG.	600			
74	Alface	UND.	600			
75	Bacon	KG.	30			
76	Batata doce	KG.	450			
77	Beterraba extra sem rama.	KG.	450			
78	Carne bovina (embalagem de 2Kg) patinho fatiado em bife.	KG.	700			
79	Carne frango, coxa com sobrecoxa com osso, congelada devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5kg.	KG.	4.050			
80	Carne suína, carré congelada em embalagem plástica conforme a legislação.	KG.	1.200			
81	Cheiro verde - fresco composto por salsa e cebolinha.	MOLHO	600			
82	Chuchu extra.	KG.	600			
83	Creme de leite 300 Gramas.	LATA	100			
84	Farinha (embalagem de 1Kg) mandioca tipo 1, torrada, fina, contendo a descrição das características do produto.	KG.	1.050			
85	Farinha (embalagem de 1Kg) mandioca tipo 1, crua, fina, contendo a descrição das características do produto.	KG.	500			
86	Linguiça calabresa.	KG.	100			
87	Pão tipo francês ingredientes, farinha trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, peso 50G.	KG.	2.000			
88	Repolho branco, tamanho médio.	KG.	600			
89	Amido de milho cx. 500 g.	UND.	50			
90	Café em pó homogêneo, tipo superior com classificação de avaliação global de qualidade, acondicionado em embalagem aluminizado, fechado hermeticamente (vácuo) em pacote com 500gr. Prazo de validade mínima de 01 (um) ano, a contar da entrada.	PCT.	2.540			
91	Carne bovina, alcatra sem osso, congelada, em embalagem plástica conforme legislação	KG	250			
92	Carne bovina Patinho em bife	KG	70			
93	Carne moída bovina de 1ª, embalada em saco de 1 KG próprio para congelamento etiquetado com data de validade	KG	250			
94	Farinha de trigo tipo 1, embalagem original com 1kg.	KG	50			
95	Farinha (embalagem de 300 gramas) – Láctea – composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais	UND.	70			
96	iogurte líquido de frutas em embalagem de 1 litro com prazo de validade de no mínimo 6 meses	UND.	120			
97	Lata de extrato de tomate de 140g	LATA	1.000			
98	Lata de salsicha de 300g	LATA	1.000			
99	Macarrão 1kg tipo espaguete com ovos	KG	1.250			
100	Músculo bovino de 1ª qualidade	KG	70			
101	Queijo minas frescal 500g	UND.	70			
102	Torrada integral 160g	UND.	100			



ANEXO 1.1
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

LICITAÇÃO Nº 006/CPL/2023
PROCESSO N.º 0943/2022 APENSO Nº 8309/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - SRP
JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender as secretarias: Educação - Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

PLANILHA COMPARATIVA DE PREÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MÉDIA VALOR UNITARIO	MÉDIA PREÇO TOTAL
1	Abacaxi de primeira, pesando no mínimo 400 gramas. Deverá estar com a casca firme apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isento de sujidades, parasitas e larvas.	KG	96	R\$ 6,30	R\$ 604,80
2	Açúcar refinado, saco de 1 kg, valido no mínimo 6 meses	KG	25.560	R\$ 4,72	R\$ 120.643,20
3	ALHO DE 1ª QUALIDADE - O produto deverá apresentar registro em órgão competente, não deverá apresentar problemas com coloração não característica, estar machucado, perfurado, estar com médio grau de amadurecimento. O produto deve estar intacto.	KG	5.905	R\$ 20,67	R\$ 122.056,35
4	ARROZ TIPO I, SUBGRUPO POLIDO KG. O produto não deverá apresentar problemas com coloração não característica, manchas escuras, avermelhadas e/ou esverdeadas, perfurações, carunchos e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 5kg, com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	KG	82.120	R\$ 5,13	R\$ 421.275,60
5	Aveia - farinha, sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição e características do produto - Embalagem 200g	CX	54.750	R\$ 3,79	R\$ 207.502,50
6	Azeite tipo puro (virgem+refinado), lata de 500ml	UND	2.470	R\$ 23,89	R\$ 59.008,30
7	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, vidro de 500g, drenado	KG	96	R\$ 30,51	R\$ 2.928,96
8	Banana prata , Extra, subclasse 4 ou 5, em buquê ou penca. Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, de danos por lesão de ordem física ou mecânica; aroma, cor e sabor próprios da espécie, tamanho desenvolvido e uniforme.	KG	856	R\$ 7,23	R\$ 6.188,88
9	Batata frita embalada, tipo palha fina, características adicionais pronta para consumo pct 500g	PCT	768	R\$ 18,20	R\$ 13.977,60
10	Batata Inglesa, In natura de 1º qualidade, lavada, lisa, compacta e firme.	KG	39.090	R\$ 5,52	R\$ 215.776,80
11	Bebida láctea sabor morango, embalagem de 1 litro, com prazo de validade de no mínimo 30 dias a partir da data de entrega.	UND	240	R\$ 7,57	R\$ 1.816,80
12	Bebidas láctea no sabor de chocolate de 200ml	UND	14.000	R\$ 2,56	R\$ 35.840,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

13	Biscoito doce Tipo rosquinha, em embalagem com 400g no mínimo, de sabor coco de 1ª qualidade	PCT	16.155	R\$ 4,76	R\$ 76.897,80
14	Biscoito, apresentação quadrado, sabor água e sal, classificação salgado, em embalagem com 200g no mínimo, características adicionais sem recheio	PCT	26.830	R\$ 3,53	R\$ 94.709,90
15	Biscoito doce, tipo maisena, sem recheio, retangular, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em saco plástico impermeável, fechado. Pacote com mínimo de 200g.	PCT	17.660	R\$ 3,49	R\$ 61.633,40
16	Biscoito doce Tipo rosquinha, em embalagem com 350g no mínimo, de sabor chocolate de 1ª qualidade	PCT	610	R\$ 4,69	R\$ 2.860,90
17	Biscoito doce, tipo sequilhos, sem recheio, composição básica farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, acondicionado em embalagem fechada. Pacote com mínimo de 400g	PCT	240	R\$ 9,61	R\$ 2.306,40
18	Biscoito recheado - sabores variados, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em saco plástico impermeável, fechado.	PCT	3.240	R\$ 3,68	R\$ 11.923,20
19	Biscoito salgado - apresentação em diversas formas, isento de mofo e substâncias nocivas, com consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem plástica, atóxica, Embalagem com mínimo de 500g.	PCT	250	R\$ 9,38	R\$ 2.345,00
20	Bolinho sabor baunilha massa: açúcar, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovo, gordura vegetal, açúcar invertido, farinha de soja, sal, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de sódio conservador propionato de cálcio, aromatizante. Recheio: açúcar invertido, gordura vegetal, sal, aromatizantes, conservador sorbato de potássio, estabilizantes monodiglicerídeos e polisorbato 60. Contém Glútem. Elaborado em equipamentos onde se processam prontos com derivados do leite.	IND	13.000	R\$ 2,41	R\$ 31.330,00
21	BOLO DE SABORES VARIADOS - obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar com boa aparência macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, "embatumados" aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais, devem estar livres de sujidades ou qualquer outro tipo de contaminantes como fungos ou bolores.	UND	513	R\$ 14,86	R\$ 7.623,18
22	CANJICA Branco, acondicionado em embalagem de 500g, contendo a descrição das características do produto.	UND	400	R\$ 6,29	R\$ 2.516,00
23	Carne acém picada bovina. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, deve conter no máximo 15% de gordura conforme IN 83/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ser isenta de cartilagens, de ossos, presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperadas e devem ser entregues congeladas. O produto deve estar embalado; a embalagem deve estar intacta, em pacotes de 5 kg, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Obs.: o produto somente será recebido se o percentual de índice máximo de perda por degelo for inferior a 8% (oito por cento) do peso bruto do produto.	KG	65.800	R\$ 27,73	R\$ 1.824.634,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

24	CEBOLA BRANCA - O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica, estar com médio grau de amadurecimento, não deve apresentar sabor insatisfatório e nem alterado	KG	10.310	R\$ 4,63	R\$ 47.735,30
25	Cenoura, Categoria extra e classe 18. Deverá estar fresca, sem folhas, uniforme e no ponto para o consumo. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como: dano mecânico, deformação grave, injúria por pragas ou doenças, lenhosa, murcha, ombro verde ou roxo, podridão, rachada e radícula. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG	780	R\$ 7,25	R\$ 5.655,00
26	Chá mate em sachê, preparado a partir das folhas da erva-mate, especialmente selecionadas e tostadas, em embalagem com 25 unidades, peso 40g e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UND	210	R\$ 5,57	R\$ 1.169,70
27	CHOCOLATE, EM PÓ, SOLÚVEL, 50% CACAU, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1KG, CONTENDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	PCT	4.166	R\$ 27,33	R\$ 113.856,78
28	Colorífico preparado com matérias primas de boa qualidade e não apresentando cheiro acre ou rançoso. Não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal.	KG	110	R\$ 22,01	R\$ 2.421,10
29	Copo de água mineral (200ml) com 24 unidades	PCT	2.000	R\$ 20,89	R\$ 41.780,00
30	Ervilha, , reidratada, em conserva, contendo no mínimo 300g, embalagem em lata, com identificação do produto e prazo de validade	LATA	538	R\$ 4,30	R\$ 2.313,40
31	Extrato de tomate simples concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem peles e sementes. O produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso. Embalagem de 350 gramas cada podendo ser lata ou sachê	CX	32.320	R\$ 3,60	R\$ 116.352,00
32	FEIJÃO PRETO TIPO 1. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar perfurações - carunchos ou outros insetos, não deve estar murcho e esbranquiçado ou mofo. Deve apresentar odor e sabor característico e não deve estar velho. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1kg, prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega	KG	28.255	R\$ 7,77	R\$ 219.541,35
33	Filé de peixe, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - embalagem de 5kg	KG	22.055	R\$ 32,09	R\$ 707.744,95
34	Fubá, - KG O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais. Deve estar bem solto e seco no pacote, ter cor e odor característico, sem formação de grumos, não deverá apresentar problemas com misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1 kg com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	KG	3.850	R\$ 6,26	R\$ 24.101,00
35	Geléia de frutas de ótima qualidade , íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.	UND	227	R\$ 36,37	R\$ 8.255,99



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

36	Isca de fígado embalagem de 5kg em saco próprio para congelamento etiquetado com data de validade	KG	19.516	R\$ 20,21	R\$ 394.418,36
37	Laranja pêra - fresca, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvido. As frutas não poderão apresentar manchas ou defeitos na casca; a polpa deverá estar intacta e uniforme. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato	KG	560	R\$ 5,41	R\$ 3.029,60
38	Leite (embalagem tetrapack com 01 litro) - produto de origem animal (vaca), líquido fluido, homogêneo, de cor branca opaca, esterilizados UHT. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Deve ser oriundo de estocagem correta: sem umidade e danos na embalagem. Observar que a empresa fabricante não tenha sido envolvida em fraudes nos últimos 24 meses.	LITRO	2.790	R\$ 6,90	R\$ 19.251,00
39	Leite em pó integral - PCT 400G Ingrediente: Leite integral. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. Deve conter no mínimo 9% de proteína/porção, 24% de cálcio/porção, até 17mg de colesterol/porção. O produto não pode conter Glúten nem Maltodextrina. A embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	44.975	R\$ 17,46	R\$ 785.263,50
40	MAÇA NACIONAL - tamanho grande, de 1ª qualidade. O produto não deverá apresentar problemas com coloração não características, não estar machucada, perfurado, muito maduro e nem muito verde.	KG	706	R\$ 8,79	R\$ 6.205,74
41	MACARRÃO TIPO PARAFUSO COM OVOS - PCT 500G. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, estar inteiros e firmes. Não deve apresentar cor esverdeada com pontos brancos e cinzasmofos, não deve apresentar perfurações-carunchos e outros insetos, pó branco solto no pacote, misturas inadequadas ao produto, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 500g, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	UND	9.150	R\$ 4,35	R\$ 39.802,50
42	Maionese tradicional, embalagem vidro, contendo no mínimo 500g, com baixo teor de gordura, com identificação do produto e prazo de validade.	UND	444	R\$ 9,89	R\$ 4.391,16
43	Manteiga cremosa extra, com sal, acondicionada em embalagem com 200g.	UND	855	R\$ 10,44	R\$ 8.926,20
44	Manteiga cremosa extra, com sal, acondicionada em embalagem com 500g.	UND	250	R\$ 30,10	R\$ 7.525,00
45	MARGARINA VEGETAL CREMOSA COM SAL - PT 500G. Produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal., em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 500g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	UND	1.850	R\$ 7,74	R\$ 14.319,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

46	Melancia Graúda, tamanho e coloração uniformes, consumo imediato e em escala, no decorrer da semana no máximo 7 (sete) dias antes do vencimento. produto selecionado com polpa firme e intacta, maduro, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte	KG	408	R\$ 3,19	R\$ 1.301,52
47	Melão de 1ª qualidade, fresco, frutos com maturação adequada ao consumo, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, livre de resíduos de fertilizantes, devendo ser transportadas de forma adequada	UND	96	R\$ 9,67	R\$ 928,32
48	Milho para pipoca, tipo 1. Apresentação em embalagens de 500g, que deve constar externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. O produto não deve apresentar manchas.	KG	580	R\$ 4,81	R\$ 2.789,80
49	Milho verde em conserva - simples grãos inteiros, imerso em líquido de cobertura, tamanho e coloração uniformes, com grãos de milho previamente debulhados, envasados e cozidos ou précozidos, imersos em líquido de cobertura apropriada, submetidos a processo tecnológico adequado, antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Embalagem com mínimo de 300g.	LATA	1.776	R\$ 3,60	R\$ 6.393,60
50	MOELA DE FRANGO - KG Limpa e congelada, embalagem de 1 Kg. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais. A embalagem deve estar intacta e com prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	KG	19.500	R\$ 12,64	R\$ 246.480,00
51	ÓLEO DE SOJA - 900ML O produto deverá apresentar registro em órgão competente, deve ser transparente, em garrafa PET, com cheiro e sabor próprio. Não deverá apresentar problemas como presença de impurezas, embalagens amassadas e/ou estufadas, perfurações e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em garrafas de 900ml, com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega	UND	20.880	R\$ 10,28	R\$ 214.646,40
52	OVOS DE GALINHA TIPO EXTRA CLASSE A, SEM MANCHAS OU SUJICIDADES, TAMANHO UNIFORME COR BRANCA, PROVENIENTE DE AVICULTOR COM INSPEÇÃO OFICIAL APRESENTAR CASCA LISA POUCA POROSA RESISTENTE E FORMATO CARACTERÍSTICO ACONDICIONADO EM CAIXA CONTENDO 1 DÚZIA PERFAZENDO NO MÍNIMO 720G	DZ	30.650	R\$ 7,38	R\$ 226.197,00
53	PACOTE DE BOMBOM COM 50 UNIDADES, recheio cremoso de castanha de caju, envolvido por uma camada de wafer e cobertura de chocolate, em formato redondo, embalagem com 950g. Ingredientes: Água, açúcar, casquinha de biscoito (água, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, oleína de palma, sal, emulsificante lecitina de soja e corante caramelo I), gordura vegetal, leite em pó desnatado, castanha-de-caju, óleo vegetal de palma, xarope de glicose, lactose, cacau em pó, liquor de cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite, caramelo, extrato de malte, doce de leite, óleo vegetal de milho, amido, leite em pó integral, manteiga de cacau, flocos de arroz, sal, emulsificantes mono e diglicerídeos ácido graxos, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, corante caramelo I, espessantes goma guar, goma jataí, carragena e goma xantana, aromatizantes, regulador de acidez bicarbonato de sódio e agente de firmeza fosfato de cálcio.	PCT	960	R\$ 45,98	R\$ 44.140,80



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

54	Pão de forma, embalagem de 500 gramas, empacotado individualmente. Enriquecido com ferro e cálcio. Produto de cor branca no miolo e cor marrom na casca. Consistência macia. Produto isento de gordura trans.	PCT	1.380	R\$ 7,81	R\$ 10.777,80
55	Pão para cachorro quente, fresco, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea.	UND	14.000	R\$ 0,81	R\$ 11.340,00
56	Pão, tipo bisnaguinha, feito de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, ovo, glicose de milho, sal refinado, glúten de trigo, leite em pó integral, emulsificantes lecitina de soja e estearoil-2-lactil lactato de cálcio, conservadores propionato de cálcio e sorbato de potássio e antioxidante ácido ascórbico. Pacote com 300g	PCT	388	R\$ 8,25	R\$ 3.201,00
57	Patê de Presunto - o produto deve estar embalado, a embalagem deve estar intacta com mínimo de 100g.	UND	100	R\$ 5,40	R\$ 540,00
58	PEITO DE FRANGO - KG Sem osso, sem pele, limpo, magro. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deve apresentar nervos (inervações), presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperadas e devem ser entregues congeladas. O produto deve estar embalado; a embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Obs.: o produto somente será recebido se o percentual de índice máximo de perda por degelo for inferior a 8% (oito por cento) do peso bruto do produto	KG	82.200	R\$ 19,08	R\$ 1.568.376,00
59	Pêra, deverá ter tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Peso aproximado de 200g por unidade. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	96	R\$ 11,03	R\$ 1.058,88
60	Pimentão, características adicionais 1ª qualidade/sem fungos/consistência firme, tamanho médio a grande, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes	KG	374	R\$ 9,85	R\$ 3.683,90
61	Presunto cozido fatiado - produzido com carne de pernil suíno cozida, fatiada e resfriado. Textura macia, suavemente temperada e coloração rosada. Será tolerada a adição de pequenas quantidades de água, amido, soja e corantes naturais. O presunto deverá ser preparado com carnes suínas em perfeito estado de conservação, não sendo permitida a substituição por carne bovina e nem o emprego de carnes e gorduras provenientes de animais eqüinos, caninos e felinos. A porcentagem de água não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) em peso. O presunto fatiado deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Devendo estar refrigerado ou congelado.	KG	1.022	R\$ 29,46	R\$ 30.108,12
62	Queijo prato fatiado - produzido a partir de leite pasteurizado, cloreto de cálcio, fermento láctico, coalho bovino e cloreto de sódio (sal). Manipulada em condições higiênicas, com mínimo aceitável de gordura e sal e de bom paladar. O queijo fatiado deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Devendo estar refrigerada e transportada à temperatura de 6º C a 10º C ou congelada	KG	1.022	R\$ 39,52	R\$ 40.389,44



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

63	Refrigerante - sabores diversos, embalagem de 2 litros. Composição: água gaseificada, açúcar líquido, extrato de cola, uva, laranja ou guaraná, aroma natural, acidulante, conservante e não alcoólico.	UND	1.520	R\$ 8,14	R\$ 12.372,80
64	Requeijão Cremoso, embalagem contendo no mínimo 250g, com identificação do produto e prazo de validade	UND	480	R\$ 8,50	R\$ 4.080,00
65	SAL REFINADO - KG O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1kg prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	KG	5.420	R\$ 2,10	R\$ 11.382,00
66	Salsicha - hot dog, fresca, c/ condimentos triturados, misturados e cozidos, pesando aproximadamente 50g por unidade, temperatura conservação 10°C.	KG	1.124	R\$ 13,43	R\$ 15.095,32
67	Suco de caixa, embalagem de 1 litro, sabores variados	UND	3.600	R\$ 7,38	R\$ 26.568,00
68	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml	UND	9.475	R\$ 4,48	R\$ 42.448,00
69	SUCO DE MARACUJÁ CONCENTRADO, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR MODO DE PREPARO, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A DATA DE ENTREGA. EMBALAGEM DE 500 ML (GARRAFA).	UND	8.075	R\$ 12,11	R\$ 97.788,25
70	TOMATE KG, Extra, tamanho médio e grupo de cor vermelho ou rosado. Deverá estar no ponto para consumo, maduro, firme, uniforme, com brilho, aroma e sabor característico da espécie. Não serão tolerados os defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo ou rendimento como: danos mecânicos ou de frio, fruto imaturo, com sinais de podridão ou amassado. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa	KG	1.530	R\$ 8,85	R\$ 13.540,50
71	Vinagre 750ml - Produto natural fermentado, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais, com identificação do fornecedor, data de validade, data de fabricação e lote	UND	2.372	R\$ 4,47	R\$ 10.602,84
72	Xarope de guaraná natural concentrado adoçado - 1 litro	UND	270	R\$ 12,71	R\$ 3.431,70
73	Abobora Moranga-madura, com peso mínimo de 3kg a unidade	KG	600	R\$ 4,87	R\$ 2.922,00
74	alface	UND	600	R\$ 2,72	R\$ 1.632,00
75	Bacon	KG	30	R\$ 33,59	R\$ 1.007,70
76	Batata doce	KG	450	R\$ 5,13	R\$ 2.308,50
77	Beterraba extra sem ramo	KG	450	R\$ 5,00	R\$ 2.250,00
78	Carne bovina (embalagem de 2Kg) patinho fatiado em bife	KG	700	R\$ 36,79	R\$ 25.753,00
79	Carne frango, coxa com sobrecoxa com osso, congelada devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5kg.	KG	4.050	R\$ 11,49	R\$ 46.534,50
80	Carne suína, carré congelada em embalagem plástica conforme a legislação.	KG	1.200	R\$ 13,17	R\$ 15.804,00
81	Cheiro verde - fresco composto por salsa e cebolinha	MOLHO	600	R\$ 2,85	R\$ 1.710,00



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

82	Chuchu extra	KG	600	R\$ 5,86	R\$ 3.516,00
83	Creme de leite 300 Gramas	LATA	100	R\$ 5,46	R\$ 546,00
84	Farinha (embalagem de 1Kg) mandioca tipo 1, torrada, fina, contendo a descrição das características do produto	KG	1.050	R\$ 8,82	R\$ 9.261,00
85	Farinha (embalagem de 1Kg) mandioca tipo 1, crua, fina, contendo a descrição das características do produto	KG	500	R\$ 6,76	R\$ 3.380,00
86	Linguíça calabresa	KG	100	R\$ 34,26	R\$ 3.426,00
87	Pão tipo francês ingredientes, farinha trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, peso 50G	KG	2.000	R\$ 13,28	R\$ 26.560,00
88	Repolho branco , tamanho médio	KG	600	R\$ 5,52	R\$ 3.312,00
89	AMIDO DE MILHO CX DE 500G	UND	50	R\$ 9,41	R\$ 470,50
90	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto.	UND	2.540	R\$ 20,65	R\$ 52.451,00
91	carne bovina, alcatra sem oss, congelada, em embalagem plastica conforme a legislação.	KG	250	R\$ 46,94	R\$ 11.735,00
92	Carne Bovina Patinho em bife	KG	70	R\$ 36,41	R\$ 2.548,70
93	Carne moída bovina de 1ª, embalada em saco de 1 kg próprio para congelamento etiquetado com data de validade	KG	250	R\$ 38,70	R\$ 9.675,00
94	Farinha de trigo tipo 1, embalagem original com 1Kg	KG	50	R\$ 7,34	R\$ 367,00
95	Farinha (embalagem de 300 gramas) - Láctea - composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais.	UND	70	R\$ 14,86	R\$ 1.040,20
96	Iogurte líquido de frutas em embalagem de 1 litro com prazo de validade de no mínimo 6 meses.	UND	120	R\$ 13,26	R\$ 1.591,20
97	lata de extrato de tomate de 140g	LATA	1000	R\$ 3,88	R\$ 3.880,00
98	Latas de salsicha de 300g	LATA	1000	R\$ 6,44	R\$ 6.440,00
99	MACARRÃO 1 kg tipo espaguete com ovos.	KG	1250	R\$ 7,33	R\$ 9.162,50
100	Músculo bovino de primeira qualidade	KG	70	R\$ 31,60	R\$ 2.212,00
101	queijo minas frescal 500g	UND	70	R\$ 33,54	R\$ 2.347,80
102	Torrada Integral 160G	PCT	100	R\$ 7,86	R\$ 786,00
PREÇO TOTAL GERAL:					R\$ 8.804.749,79
MEDIA PREÇO TOTAL:					R\$ 8.804.749,79

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO - CGM



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2023.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3
MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº /CPL/ nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum servidor público municipal em seu quadro funcional;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº **/CPL/ 2023.**

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa), participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO Nº ____/CPL/2023.

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura a Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6
TERMO REFERÊNCIA CONSOLIDADO

OBJETO

Trata-se **Aquisição de Gêneros alimentícios**, para atender as secretarias: Educação - Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), conforme especificações constantes neste termo de referência.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o objeto deste certame Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as Secretarias: Educação, Esporte, Lazer e Terceira Idade, Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação na Administração Pública para aquisição do objeto deverá obedecer ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/2002 e suas alterações e Decreto Municipal nº 5.267/2021.

DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de Gêneros Alimentícios, visa atender todos os requisitos disposto neste termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	MARCA	EDUCAÇÃO	ESPORTE LAZER E TERCEIRA IDADE	GUARDA MUNICIPAL	FMAS	TOTAL
01	Abacaxi de primeira, pesando no mínimo 400 gramas. Deverá estar com a casca firme apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isento de sujidades, parasitas e larvas.	KG		96	-----	-----	-----	96
02	Abóbora moranga – madura, com peso mínimo de 3kg a unidade.	KG		-----	-----	600	-----	600
03	Alface	UND.		-----	-----	600	-----	600
04	Açúcar refinado, saco de 1 kg, valido no mínimo 6 meses.	KG		23.190	20	-----	2.350	25.560
05	Amido de milho cx.500g	UND.		-----	-----	-----	50	50
06	Alho de 1ª qualidade - O produto deverá apresentar registro em órgão competente, não deverá apresentar problemas com coloração não característica, estar machucado, perfurado, estar com médio grau de amadurecimento. O produto deve estar intacto.	KG		5.335	20	550	-----	5.905
07	Arroz Tipo I, Subgrupo Polido kg O produto não deverá apresentar problemas com coloração não característica, manchas escuras, avermelhadas e/ou esverdeadas, perfurações, carunchos e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 5kg, com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	KG		69.870	-----	11.000	1.250	82.120
08	Aveia - farinha, sem adição de açúcar, acondicionado em caixa, contendo a descrição e características do produto - Embalagem 200g.	CX		54.750	-----	-----	-----	54.750
09	Azeite tipo puro (virgem+refinado), lata de 500ml.	UND.		1.720	-----	750	-----	2.470
10	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, vidro de 500g, drenado.	KG		96	-----	-----	-----	96
11	Bacon	KG		-----	-----	30	-----	30
12	Batata doce extra	KG		-----	-----	450	-----	450
13	Banana prata , Extra, subclasse 4 ou 5, em buquê ou penca. Livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, de danos por lesão de ordem física ou mecânica; aroma, cor e sabor próprios da espécie, tamanho desenvolvido e uniforme.	KG		456	400	-----	-----	856
14	Batata frita embalada, tipo palha fina, características adicionais pronta para consumo pct 500g.	PCT		768	-----	-----	-----	768
15	Batata Inglesa, In natura de 1ª qualidade, lavada, lisa, compacta e firme.	KG		37.590	-----	1.500	-----	39.090



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

16	Beterraba Extra, Sem rama	KG	-----	-----	450	-----	450
17	Bebida láctea sabor morango, embalagem de 1 litro, com prazo de validade de no mínimo 30 dias a partir da data de entrega.	UND.	240	-----	-----	-----	240
18	Bebidas láctea no sabor de chocolate de 200ml.	UND.	12.000	2.000	-----	-----	14.000
19	Biscoito doce Tipo rosquinha, em embalagem com 400g no mínimo, de sabor coco de 1ª qualidade.	PCT.	16.150	5	-----	-----	16.155
20	Biscoito, apresentação quadrado, sabor água e sal, classificação salgado, em embalagem com 200g no mínimo, características adicionais sem recheio.	PCT.	23.320	10	-----	3.500	26.830
21	Biscoito doce, tipo maisena, sem recheio, retangular, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em saco plástico impermeável, fechado. Pacote com mínimo de 200g.	PCT.	16.150	10	-----	1.500	17.660
22	Biscoito doce Tipo rosquinha, em embalagem com 350g no mínimo, de sabor chocolate de 1ª qualidade	PCT.	240	-----	-----	370	610
23	Biscoito doce, tipo sequilhos, sem recheio, composição básica farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, acondicionado em embalagem fechada. Pacote com mínimo de 400g.	PCT.	240	-----	-----	-----	240
24	Biscoito recheado - sabores variados, composição básica farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar e outras substâncias permitidas, acondicionado em saco plástico impermeável, fechado.	PCT.	2.240	1.000	-----	-----	3.240
25	Biscoito salgado - apresentação em diversas formas isento de mofo e substâncias nocivas, com consistência crocante, sem corantes artificiais. Embalagem plástica, atóxica, Embalagem com mínimo de 500g.	PCT.	240	10	-----	-----	250
26	Bolinho sabor baunilha massa: açúcar, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, ovo, gordura vegetal, açúcar invertido, farinha de soja, sal, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de sódio conservador propionato de cálcio, aromatizante. Recheio: açúcar invertido, gordura vegetal, sal, aromatizantes, conservador sorbato de potássio, estabilizantes monodiglicerídeos e polisorbato 60. Contém Glúten. Elaborado em equipamentos onde se processam produtos com derivados do leite.	UND.	12.000	1.000	-----	-----	13.000
27	Bolo de sabores variados - obtidos a partir de matéria prima de primeira qualidade, a massa deve estar com boa aparência macia e aerada. Serão rejeitados bolos mal assados, queimados, amassados, "embatumados" aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais, devem estar livres de sujidades ou qualquer outro tipo de contaminantes como fungos ou bolores.	UND.	288	100	-----	125	513
28	Café (embalagem de 500g) pó torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza ABIC, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada, contendo a descrição das características do produto	UND.	-----	40	-----	2.500	2.540
29	Canjica Branco, acondicionado em embalagem de 500g, contendo a descrição das características do produto.	UND.	400	-----	-----	-----	400
30	Carne acém picada bovina. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, deve conter no máximo 15% de gordura conforme IN 83/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ser isenta de cartilagens, de ossos, presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperadas e devem ser entregues congeladas. O produto deve estar embalado; a embalagem deve estar intacta, em pacotes de 5 kg, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Obs.: o produto somente será recebido se o percentual de índice máximo de perda por degelo for inferior a 8% (oito por cento) do peso bruto do produto.	KG.	63.260	-----	2.500	40	65.800



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

31	Carne Bovina, Alcatra sem osso, congelada, em embalagem plástica conforme a legislação.	KG	-----	-----	-----	250	250
32	Carne bovina (embalagem de 2 kg) Patinho, fatiado em bife.	KG	-----	-----	700	-----	700
33	Carne bovina Patinho, fatiado em bife.		-----	-----	-----	70	70
34	Carne de frango, Coxa com Sobrecoxa com osso, congelada, devendo ser fornecida acondicionada em embalagem plástica ou bandeja com no máximo 5kg.	KG	-----	-----	4.000	50	4.050
35	Carne moída bovina de 1ª, embalada em saco de 1 kg próprio para congelamento etiquetado com data de validade.	KG	-----	-----	-----	250	250
36	Carne Suína Carré, congelada, em embalagem plástica conforme a legislação.	KG	-----	-----	1.200	-----	1.200
37	Carne Músculo bovino de primeira qualidade	KG	-----	-----	-----	70	70
38	Cebola Branca - O produto deverá apresentar registro no órgão competente, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica, estar com médio grau de amadurecimento, não deve apresentar sabor insatisfatório e nem alterado.	KG.	8.990	20	1.300	-----	10.310
39	Cenoura, Categoria extra e classe 18. Deverá estar fresca, sem folhas, uniforme e no ponto para o consumo. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como: dano mecânico, deformação grave, injúria por pragas ou doenças, lenhosa, murcha, ombro verde ou roxo, podridão, rachada e radícula. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG.	180	-----	600	-----	780
40	Cheiro verde- fresco, composto por salsa e cebolinha	UND.	-----	-----	600	-----	600
41	Chuchu extra	KG	-----	-----	600	-----	600
42	Creme de Leite 300 gramas	Lata	-----	-----	100	-----	100
43	Chá mate em sachê, preparado a partir das folhas da erva-mate, especialmente selecionadas e tostadas, em embalagem com 25 unidades, peso 40g e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	UND.	200	10	-----	-----	210
44	Chocolate, em pó, solúvel, 50% cacau, acondicionado em embalagem com no mínimo 1kg, contendo as características do produto.	PCT.	4.130	6	-----	30	4.166
45	Colorífico preparado com matérias primas de boa qualidade e não apresentando cheiro acre ou rançoso. Não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal.	KG.	110	-----	-----	-----	110
46	Copo de água mineral (200ml) com 24 unidades.	PCT.	1.000	1.000	-----	-----	2.000
47	Ervilha, reidratada, em conserva, contendo no mínimo 300g, embalagem em lata, com identificação do produto e prazo de validade.	LATA	288	-----	250	-----	538
48	Extrato de tomate simples concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem peles e sementes. O produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso. Embalagem de 350 gramas cada podendo ser lata ou sachê.	CX.	29.920	200	2.000	200	32.320
49	Farinha de Trigo tipo 1, embalagem original com 1 kg.	KG	-----	-----	-----	50	50
50	Farinha (embalagem de 1 kg) mandioca tipo 1, crua, fina, contendo a descrição das características do produto.	KG	-----	-----	500	-----	500
51	Farinha (embalagem de 1kg) mandioca tipo 1, torrada, fina, contendo a descrição das características do produto.	KG	-----	-----	-----	1.050	1.050
52	Farinha (embalagem de 300 gramas) – Láctea – composto de farinha de trigo, leite, açúcar, vitaminas e sais minerais.	UND.	-----	-----	-----	70	70
53	Feijão preto Tipo 1. O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar perfurações - carunchos ou outros insetos, não deve estar murcho e esbranquiçado ou mofo. Deve apresentar odor e sabor característico e não deve estar velho. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1kg, prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega.	KG.	23.505	-----	2.500	2.250	28.255



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

54	Filé de peixe, sem pele, sem espinha, congelado, devendo ser fornecido acondicionado em embalagem plástica original - embalagem de 5kg.	KG.	19.505	-----	2.500	50	22.055
55	Fubá, - KG O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais. Deve estar bem solto e seco no pacote, ter cor e odor característico, sem formação de grumos, não deverá apresentar problemas com misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, não deve ter manchas de cor preta, azulada ou esverdeada, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1 kg com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	KG.	2.380	-----	400	1.070	3.850
56	Geléia de frutas de ótima qualidade , íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente, lacrada e com indicação do peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.	UND.	96	6	-----	125	227
57	logurte líquido de frutas em embalagem de 1 litro com prazo de validade de no mínimo 6 meses.	UND.	-----	-----	-----	120	120
58	Isca de fígado embalagem de 5kg em saco próprio para congelamento etiquetado com data de validade.	UND.	19.500	-----	-----	16	19.516
59	Lata de extrato de tomate de 140g	LATA	-----	-----	-----	1.000	1.000
60	Lata de salsicha 300g	LATA	-----	-----	-----	1.000	1.000
61	Laranja pêra - fresca, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvido. As frutas não poderão apresentar manchas ou defeitos na casca; a polpa deverá estar intacta e uniforme. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato	KG	360	200	-----	-----	560
62	Leite (embalagem tetrapack com 01 litro) - produto de origem animal (vaca), líquido fluido, homogêneo, de cor branca opaca, esterilizados UHT. Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Deve ser oriundo de estocagem correta: sem umidade e danos na embalagem. Observar que a empresa fabricante não tenha sido envolvida em fraudes nos últimos 24 meses.	LITRO	1.290	-----	300	1.200	2.790
63	Leite em pó integral - PCT 400G Ingrediente: Leite integral. O produto deverá apresentar registro no órgão competente, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, cheiro forte e intenso ou azedo, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. Deve conter no mínimo 9% de proteína/porção, 24% de cálcio/porção, até 17mg de colesterol/porção. O produto não pode conter Glúten nem Maltodextrina. A embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	PCT	43.715	10	-----	1.250	44.975
64	Linguiça Calabresa	KG	-----	-----	100		100
65	Maça nacional - tamanho grande, de 1ª qualidade. O produto não deverá apresentar problemas com coloração não características, não estar machucada, perfurado, muito maduro e nem muito verde.	KG	456	250	-----	-----	706
66	Macarrão 1kg tipo espagete com ovos	KG	-----	-----	-----	1.250	1.250
67	Macarrão tipo parafuso com ovos - pct 500G. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, estar inteiros e firmes. Não deve apresentar cor esverdeada com pontos brancos e cinzas, mofos, não deve apresentar perfurações-carunchos e outros insetos, pó branco solto no pacote, misturas inadequadas ao produto, cheiro forte e intenso, coloração escura ou clara não característica, sabor alterado por mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve	UND.	8.350	-----	800	-----	9.150



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	estar intacta, em pacotes de 500g, prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.						
68	Maionese tradicional, embalagem vidro, contendo no mínimo 500g, com baixo teor de gordura, com identificação do produto e prazo de validade.	UND.	144	-----	230	70	444
69	Manteiga cremosa extra, com sal, acondicionada em embalagem com 200g.	UND.	850	5	-----	-----	855
70	Manteiga cremosa extra, com sal, acondicionada em embalagem com 500g.	UND.	180	-----	-----	70	250
71	Margarina vegetal cremosa com sal - PT 500G. Produzida exclusivamente de gordura vegetal, com adição de sal., em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 500g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	UND.	150	-----	1.200	500	1.850
72	Melancia Graúda, tamanho e coloração uniformes, consumo imediato e em escala, no decorrer da semana no máximo 7 (sete) dias antes do vencimento. produto selecionado com polpa firme e intacta, maduro, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte.	KG	408	-----	-----	-----	408
73	Melão de 1ª qualidade, fresco, frutos com maturação adequada ao consumo, com aspecto, cor e cheiro e sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente, livre de resíduos de fertilizantes, devendo ser transportadas de forma adequada.	UND.	96	-----	-----	-----	96
74	Milho para pipoca, tipo 1. Apresentação em embalagens de 500g, que deve constar externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. O produto não deve apresentar manchas.	KG.	576	4	-----	-----	580
75	Milho verde em conserva - simples grãos inteiros, imerso em líquido de cobertura, tamanho e coloração uniformes, com grãos de milho previamente debulhados, envasados e cozidos ou précozidos, imersos em líquido de cobertura apropriada, submetidos a processo tecnológico adequado, antes ou depois de hermeticamente fechados nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. Embalagem com mínimo de 300g.	LATA	576	-----	1.200	-----	1.776
76	Moela de frango - kg Limpa e congelada, embalagem de 1 Kg. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais. A embalagem deve estar intacta e com prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	KG.	19.500	-----	-----	-----	19.500
77	Óleo de soja - 900ML O produto deverá apresentar registro em órgão competente, deve ser transparente, em garrafa PET, com cheiro e sabor próprio. Não deverá apresentar problemas como presença de impurezas, embalagens amassadas e/ou estufadas, perfurações e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em garrafas de 900ml, com prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	UND.	18.255	5	1.500	1.120	20.880
78	Ovos de galinha tipo extra classe a, sem manchas ou sujidades, tamanho uniforme cor branca, proveniente de avicultor com inspeção oficial apresentar casca lisa pouco porosa resistente e formato característico acondicionado em caixa contendo 1 dúzia perfazendo no mínimo 720g.	DZ.	30.000	-----	400	250	30.650
79	Pacote de bombom com 50 unidades, recheio cremoso de castanha de caju, envolvido por uma camada de waffer e cobertura de chocolate, em formato redondo, embalagem com 950g. Ingredientes: Água, açúcar, casquinha de biscoito (água, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, oleína de palma, sal, emulsificante lecitina de soja e corante caramelo I), gordura vegetal, leite em pó desnatado, castanha	PCT.	960	-----	-----	-----	960



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	de caju, óleo vegetal de palma, xarope de glicose, lactose, cacau em pó, liquor de cacau, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, soro de leite, caramelo, extrato de malte, doce de leite, óleo vegetal de milho, amido, leite em pó integral, manteiga de cacau, flocos de arroz, sal, emulsificantes mono e diglicerídeos ácido graxos, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, corante caramelo I, espessantes goma guar, goma jataí, carragena e goma xantana, aromatizantes, regulador de acidez bicarbonato de sódio e agente de firmeza fosfato de cálcio.						
80	Pão de forma, embalagem de 500 gramas, empacotado individualmente. Enriquecido com ferro e cálcio. Produto de cor branca no miolo e cor marrom na casca. Consistência macia. Produto isento de gordura trans.	PCT.	480	400	-----	500	1.380
81	Pão para cachorro quente, fresco, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea.	UND.	14.000	-----	-----	-----	14.000
82	Pão tipo francês ingredientes, farinha trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, peso 50G.	KG	-----	-----	2.000		2.000
83	Pão, tipo bisnaguinha, feito de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, ovo, glicose de milho, sal refinado, glúten de trigo, leite em pó integral, emulsificantes lecitina de soja e estearoil-2-lactil lactato de cálcio, conservadores propionato de cálcio e sorbato de potássio e antioxidante ácido ascórbico. Pacote com 300g.	PCT.	288	100	-----	-----	388
84	Patê de Presunto - o produto deve estar embalado, a embalagem deve estar intacta com mínimo de 100g.	UND.	96	4	-----	-----	100
85	Peito de frango - KG Sem osso, sem pele, limpo, magro. O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deve apresentar nervos (inervações), presença de impurezas, cheiro forte e intenso não característico, coloração não característica, manchas escuras ou verdes, não deve estar pegajoso, não deve apresentar sabor alterado e peso insatisfatório, não devem ser temperadas e devem ser entregues congeladas. O produto deve estar embalado; a embalagem deve estar intacta e prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. Obs.: o produto somente será recebido se o percentual de índice máximo de perda por degelo for inferior a 8% (oito por cento) do peso bruto do produto.	KG.	81.600	-----	600	-----	82.200
86	Pêra, deverá ter tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Peso aproximado de 200g por unidade. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	96	-----	-----	-----	96
87	Pimentão, características adicionais 1ª qualidade/sem fungos/consistência firme, tamanho médio a grande, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes.	KG	74	-----	300	-----	374
88	Presunto cozido fatiado - produzido com carne de pernil suíno cozida, fatiada e resfriado. Textura macia, suavemente temperada e coloração rosada. Será tolerada a adição de pequenas quantidades de água, amido, soja e corantes naturais. O presunto deverá ser preparado com carnes suínas em perfeito estado de conservação, não sendo permitida a substituição por carne bovina e nem o emprego de carnes e gorduras provenientes de animais eqüinos, caninos e felinos. A porcentagem de água não deverá ultrapassar 10% (dez por cento) em peso. O presunto fatiado deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Devendo estar refrigerado ou congelado.	KG.	552	400	-----	70	1.022
89	Queijo Minas frescal 500g	UND.	-----	-----	-----	70	70
90	Queijo prato fatiado - produzido a partir de leite pasteurizado, cloreto de cálcio, fermento láctio, coalho bovino e cloreto de sódio (sal). Manipulada em condições higiênicas, com mínimo aceitável de gordura e sal e de bom paladar. O queijo fatiado	KG.	552	400	-----	70	1.022



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Devendo estar refrigerada e transportada à temperatura de 6° C a 10° C ou congelada.						
91	Refrigerante - sabores diversos, embalagem de 2 litros. Composição: água gaseificada, açúcar líquido, extrato de cola, uva, laranja ou guaraná, aroma natural, acidulante, conservante e não alcoólico.	UND.		720	800	-----	1.520
92	Requeijão Cremoso, embalagem contendo no mínimo 250g, com identificação do produto e prazo de validade.	UND.		240	20	-----	480
93	Repolho branco tamanho médio	KG		-----	-----	600	600
94	Sal refinado - kg O produto deverá apresentar registro no órgão competente e informações nutricionais, não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração não característica, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, em pacotes de 1kg prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega.	KG.		4.100	-----	300	5.420
95	Salsicha - hot dog, fresca, c/ condimentos triturados, misturados e cozidos, pesando aproximadamente 50g por unidade, temperatura conservação 10°C.	KG.		924	200	-----	1.124
96	Suco de caixa, embalagem de 1 litro, sabores variados.	UND.		2.880	500	-----	3.600
97	Suco de Caju - concentrado, não adoçado - líquido - Embalagem de 500ml.	UND.		8.000	5	1.400	9.475
98	Suco de maracujá concentrado, na embalagem deverá constar modo de preparo, data de fabricação, data de validade e número do lote do produto. validade mínima de 6 meses a data de entrega. embalagem de 500 ml (garrafa).	UND.		8.000	5	-----	8.075
99	Tomate kg, Extra, tamanho médio e grupo de cor vermelho ou rosado. Deverá estar no ponto para consumo, maduro, firme, uniforme, com brilho, aroma e sabor característico da espécie. Não serão tolerados os defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo ou rendimento como: danos mecânicos ou de frio, fruto imaturo, com sinais de podridão ou amassado. O produto deverá estar isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG		830	-----	700	1.530
100	Torrada Integral 160g	PCT		-----	100	-----	100
101	Vinagre 750ml - Produto natural fermentado, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais, com identificação do fornecedor, data de validade, data de fabricação e lote.	UND.		1.770	2	600	2.372
102	Xarope de guaraná natural concentrado adoçado - 1 litro.	UND.		200	-----	-----	270

1 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

1.1 - **A CONTRATADA** obriga-se a fornecer os gêneros alimentícios, descritos neste Termo de Referência, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais: Educação – Esporte, Lazer e Terceira Idade - Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

1.2 - A entrega será parcelada durante a vigência da Ata/Contrato, conforme necessidade dos Órgãos.

1.3 - O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo órgãos solicitantes;

1.4 – As Secretarias Municipais não estarão obrigadas a adquirir o quantitativo total, devendo adquirir conforme necessidade;

1.5 – Os atrasos na entrega e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, sendo aplicadas as sanções previstas neste Termo, no Edital e seus anexos, sem prejuízos das cominações legais previstas;

1.6 – A empresa deverá comunicar com 48 horas de antecedência, a data e o horário previsto para entrega do objeto;

1.7 – A entrega dos produtos será acompanhada e fiscalizada por 3 representantes designados pela Contratante, com vistas à verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência;



1.8 – Os produtos ofertados deverão ser entregues em embalagens originais, lacrados e apropriadas para armazenamento e sem vestígios de violação, fazendo constar a descrição completa dos produtos e os seguintes dados: marca, modelo, data de fabricação e validade de acordo com as características individuais de cada produto, bem como o número do lote na embalagem;

1.9 – Deverá ser informada na nota fiscal, no campo descrição detalhada, todas as características e especificações técnicas essenciais, inclusive a marca do produto ofertado;

1.10 – Os itens solicitados deverão ser entregues no local indicado pelas Secretarias, onde consta o endereço para entrega em dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00h;

1.11 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, todos os custos diretos e indiretos, inclusive com fretes;

2 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

2.1 - A conferência dos materiais será realizada no ato da entrega e, sendo admitida a conformidade quantitativa e qualitativa dos mesmos, estes serão recebidos definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal/Fatura, com a consequente aceitação dos objetos;

2.2 – Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) material(is), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe o Art.76 da Lei nº8.666/93, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, devendo a contratada reapresentá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

3 – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – A **CONTRATADA** reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar a Contratante, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o Município, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

3.2 – A **CONTRATADA** deverá:

3.2.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo órgão solicitante, acompanhado da respectiva nota fiscal;

3.2.2 – Entregar os equipamentos de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência;

3.2.3 – Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.2.4 – Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos com transporte e pessoal de apoio para transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato;

3.2.5 – Manter em dia, durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 4.481/2017e o art.55, inc.XII, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

3.2.5.1 – A não obediência a essa determinação, acarretará a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação;

3.3 – A **CONTRATADA** fica, nos termos da legislação vigente, obriga a aceitar nas mesmas condições da proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, a juízo da Administração, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme a Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações;

3.4 – É vedada a **CONTRATADA** a associação com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que prejudiquem a execução do Contrato.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.1 – Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.1 – Para cumprimento do objeto do presente contrato, a **CONTRATANTE** obrigará-se a, exercer a fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93,

4.1.2 – Fornecer à **CONTRATADA**, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

4.1.3 – Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estipulado;

5 – DA FISCALIZAÇÃO

5.1 – A fiscalização do contrato será exercida por três representantes da Contratante, devidamente designados pelas respectivas secretarias, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e exercer em toda sua plenitude a ação fiscalizadora que trata a Lei 8.666/93.

5.2 – A fiscalização que se trata a cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

5.3 – A **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos, se considerados em desacordo com os termos descritos na proposta da **CONTRATADA**.

6 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Na hipótese de a **CONTRATADA** inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93;

6.1.1 – Advertência;

6.1.2 – Multa de 10% sobre o valor do contrato pela inexecução parcial ou total do objeto contratado;



6.2 – A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei, ou rescindir unilateralmente o contrato, em caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

6.3 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

7 – DA VIGÊNCIA

7.1 – A entrega dos bens contratados deverá ser executada dentro do período de vigência do contrato.

8 – DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As reservas orçamentárias serão realizadas de acordo com a indicação dos recursos estabelecidos neste Termo de Referência, destacando que serão feitas através de Registro de Preços.

9 – DA FONTE DOS RECURSOS

9.1 – Os recursos orçamentários para atender as despesas a serem contratadas estão assegurados no orçamento vigente no exercício 2023.

SECRETARIAS	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTOS DE DESPESA	ORIGEM DO RECURSO
SEC.MUN.EDUCAÇÃO	12.01.12.306.0029.2032 12.01.12.361.0029.2033	3.3.90.30.00.00.00.00 3.3.90.30.00.00.00.00	0158 - 0084
SEC.MUN.ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE	31.01.04.122.0006.2275	3.3.90.30.00.00.00.00	0084
GUARDA MUNICIPAL	03.01.06.122.0006.2010	3.3.90.30.00.00.00.00	0084
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	22.01.08.244.0013.1139	3.3.90.30.00.00.00.00	0006

OBSERVAÇÕES	
PRAZO DE ENTREGA	O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo órgãos solicitantes;
LOCAL DE ENTREGA	No ALMOXARIFADO CENTRAL, Localizado na Rua Sebastião de Lacerda s/n - Fabrica – Paracambi – RJ

9.2 – O preço não poderá ser revisado nem reajustado.

10 – DO PAGAMENTO

10.1 – O pagamento será realizado de acordo com a entrega dos materiais, sendo encaminhado o pedido de pagamento através de nota fiscal emitida pela contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores, conforme determina a legislação municipal.

11 – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – Os procedimentos e dúvidas terão como diretriz o disposto na Lei nº8.666/93.

Paracambi, de de 2023.

Assinatura do Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Aos ordenadores, para ciência:

MARIANO CARVALHO ALMEIDA
Secretário Municipal de Educação

CLEITON DUTRA DA SILVA
Respondendo pela Guarda Municipal

JACKELINE SALDANHA PEREIRA
Secretaria Municipal Esporte, Lazer e Terceira Idade

JORGE LUIZ TEIXEIRA CAVALCANTE
Secretário Municipal de Assistência Social

ANEXO 7



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

PROCESSO Nº 0943/2023 APENSO 8309/2022

LICITAÇÃO Nº ____/CPL/2023

VALIDADE: 12 (doze) Meses a partir da assinatura.

ÓRGÃO GERENCIADOR: CHEFE DE GABINETE

SECRETARIA/ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Terceira Idade, Guarda Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Aos _____ dias do mês de _____ de 2023, às _____ horas, na Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi– RJ, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, por intermédio da Chefia de Gabinete Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a empresa _____ estabelecida na _____ CNPJ nº _____, doravante denominada **COMPROMITENTES**, neste ato representada pelo Sr. _____, brasileiro, _____, natural do _____, residente e domiciliado na Rua _____ CEP: _____ inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº _____, RG nº _____, de acordo com o Processo Administrativo nº **0943/2022**, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 5.267/2021 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993 ainda o edital nº ____/CPL/2023, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro – A presente ata tem por objeto vincular a **COMPROMITENTE** com o Sistema Registro de Preços do Município de Paracambi, **OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS: EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE, GUARDA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

Parágrafo Primeiro – A presente ata vincula a **COMPROMITENTE** a aquisição do produto nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelo órgão gerenciador e participantes.

Parágrafo Segundo - O presente registro de preços não obriga o **MUNICÍPIO** a solicitar qualquer quantidade de material registrado, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Terceiro – A utilização da Ata de Registro de Preços demandará a formalização de contrato administrativo entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPROMITENTE**, cuja celebração será dispensada de acordo com as hipóteses legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura do presente instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. observar a ordem classificatória do registro no momento de emissão da ordem de fornecimento;
- II. realizar os pagamentos devidos à **COMPROMITENTE**, nas condições estabelecidas nesta ata;
- III. fornecer à **COMPROMITENTE** documento, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução



do presente objeto;

IV. exercer a fiscalização do fornecimentos solicitado;

V. receber provisória e definitivamente o objeto a ser prestado nas formas definidas;

VI. fornecer a contratada acesso a todo e qualquer setor das Secretarias Municipais envolvidas, visando a execução das atividades nele previstas;

VII. realizar permanente pesquisa de mercado, inclusive antes da formalização da contratação e/ou emissão da ordem de fornecimento, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMITENTE

Constituem obrigações da **COMPROMITENTE**:

I. fornecer o material de acordo com as normas vigentes e as especificações contidas nesta ata, observar, sempre, a adequação do prazo de validade do produto;

II. prestar, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados no produto fornecido, sempre que a ela imputáveis;

III. acatar as instruções emanadas da fiscalização;

IV. sob as penas da lei, não divulgar nem fornecer dados e informações referentes ao fornecimento de bens, a menos que expressamente autorizada pelo **MUNICÍPIO**;

V. atender prontamente aos encargos decorrentes das Leis Trabalhistas e da Previdência Social nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 8.666/1993;

VI. reconhecer que o **MUNICÍPIO** não manterá qualquer vínculo de natureza trabalhista com seus profissionais e empregados, responsabilizando-se o fornecedor por quaisquer acidentes decorrentes de suas atividades;

VII. atender a todas as obrigações decorrentes do presente instrumento e do Termo de Referência;

VIII. não transferir ou ceder a outrem a obrigação de fornecer prevista nesta Ata, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento ao **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado;

IX. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas;

X. manter as condições de habilitação que permitam a contratação da empresa pelo **MUNICÍPIO** ao longo da vigência do registro de preços, conforme o previsto no artigo 27 e seguintes da Lei Federal nº 8666/1993 e exigido no edital nº _____;

XI. atender a todas as obrigações fixadas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DO LIMITE FINANCEIRO DAS DESPESAS

Em razão dos preços e das quantidades máximas admitidas no registro de preços, o limite para realização de despesas pelo **MUNICÍPIO**, nos termos desta ata, será da ordem de R\$ _____ (_____).



CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

O fornecimento do material deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos de instrumento convocatório, desta ata e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

Parágrafo primeiro. Cada ordem de fornecimento emitida pelo órgão gerenciador, participantes ou não participantes deverá observar os quantitativos mínimos dispostos no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - A fiscalização do fornecimento será realizada por servidor designado pelos órgãos gerenciador ou participantes ou por comissão de fiscalização.

Parágrafo Terceiro - O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados da consecução do objeto contratado, a adequação as especificações técnicas e a quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização da contratação;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização da contratação, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto - o representante do MUNICÍPIO, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas ao fornecimento do material, determinando o que for necessário à regularização das faltas e os defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quinto – A COMPROMITENTE declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sexto – A instituição e a atuação da fiscalização do fornecimento de material não excluem ou atenuam a responsabilidade da COMPROMITENTE, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE

O **COMPROMITENTE** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento de bens, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **COMPROMITENTE** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do fornecimento de bens, podendo o **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **COMPROMITENTE**.

Parágrafo Segundo - A reiterada ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo primeiro poderá ensejar a rescisão da ata de registro caso, após formalmente notificada, a **COMPROMITENTE** não venha a sanar a falta com a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

CLÁUSULA OITAVA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação de serviço por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **COMPROMITENTE**. O pagamento dar-se-á em parcelas mensais referentes ao material efetivamente entregue.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da obrigação, devendo a **COMPROMITENTE** apresentar solicitação formal de pagamento, instruída com os documentos exigidos pelo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **COMPROMITENTE**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGPM e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Quarto – Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quinto – No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Não será exigida garantia Contratual para este Pregão Presencial nas modalidades previstas no art.56 da Lei nº8.666/93..

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO COMPROMISSO

A presente ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro - A presente Ata poderá sofrer alterações, nos seguintes casos:

I. Em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou no caso de ocorrência de fato que eleve o custo dos bens registrados, o Município poderá promover as negociações junto aos detentores do Registro.

II. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado para o mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo segundo - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador deverá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da ordem de início da prestação do serviço e seja comprovada a veracidade das informações prestadas.



Parágrafo terceiro – Nas hipóteses do inciso II e parágrafo terceiro desta Cláusula, caso reste inviabilizada a concretização da contratação com o fornecedor ou prestador de serviço registrado, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor poderá ter seu registro cancelado de acordo com o disposto no artigo 61 do Decreto Municipal nº 5.267/2021 nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- V. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

Parágrafo Primeiro – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A declaração de cancelamento do registro de preços, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de cancelamento do registro de preço por culpa da **COMPROMITENTE**, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a mesma sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado do fornecimento não efetuado, sem prejuízo da retenção de créditos e das perdas e danos que forem apurados.

Parágrafo Quarto – Havendo cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador deverá, observada a ordem de classificação, convocar os demais fornecedores e prestadores registrados para manifestar interesse na assunção do registro nos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;



V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, segundo Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes nos incisos II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **COMPROMITENTE**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do fornecimento tenha acarretado, serão cobrados judicialmente quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **COMPROMITENTE** tenha em face do **MUNICÍPIO**, quando não comportarem cobrança amigável.

Parágrafo Primeiro – Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **COMPROMITENTE** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO



O presente registro não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **COMPROMITENTE**, a impossibilidade de opor, perante o **MUNICÍPIO**, a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro – A suspensão da execução a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **COMPROMITENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADESÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, a quem compete autorizar a adesão, observados os limites e diretrizes fixados no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Primeiro. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

Parágrafo Segundo. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro. O conjunto de solicitação de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao dobro do quantitativo registrado, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DA ATA

A ata devidamente assinada pelas partes deverá ser publicada em diário oficial e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Paracambi, devendo a autoridade competente adotar as providências necessárias à remessa de cópia ao TCE-RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta ata, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, e na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO

COMPROMITENTE

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2- _____
CPF:

ANEXO 8
MINUTA DE CONTRATO



CONTRATO Nº ____/____.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS: EDUCAÇÃO – ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE - GUARDA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL (FMAS).

ORIUNDO DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____,

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E

_____.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro - Paracambi-RJ, inscrito no CNPJ nº 29.138.294-0001-02, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Sr. Cleiton Dutra da Silva, Chefe de Gabinete, matrícula 14.488 e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, neste ato, por _____ (qualificação completa do representante da contratada) doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato para a **OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS: EDUCAÇÃO – ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE - GUARDA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)**, de acordo com o processo administrativo nº **0943/2022** e o Edital de Licitação nº _____, observando-se as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 5.267/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por **OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS: EDUCAÇÃO – ESPORTE, LAZER E TERCEIRA IDADE - GUARDA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL (FMAS)**, de acordo com os quantitativos indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
------	-----------	-------	------	-------	--------------------	--------------------

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contatos a partir da data de assinatura do presente instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- I. realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- II. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- V. emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:



- I. fornecer o objeto contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;
- II. executar o objeto com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a fornecimentos dessa natureza;
- III. efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos bens fornecidos, sempre que a ela imputáveis;
- IV. quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de fornecimento impugnadas;
- V. obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao Município, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à contratada qualquer direito a indenização;
- VI. requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas neste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmo e pela fiel observância da legislação aplicável;
- VII. permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- VIII. substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- IX. disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- X. comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- XI. arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do Município;
- XII. arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- XIII. arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- XIV. aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme estabelece o § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XV. responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- XVI. responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- XVII. manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993;



XVIII. apresentar ao Município, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;

XIX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção do fornecimento;

XX. arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias defeituosas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

O valor total previsto para este contrato é de R\$ _____ (_____), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

Parágrafo segundo. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses** a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice _____ (índice de reajuste), na forma do art.3º, da Lei Federal nº10.192/2001..

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato, conforme nota de empenho acostadas aos autos do processo administrativo, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS:

PROGRAMA DE TRABALHO:

ELEMENTO DE DESPESA:

Parágrafo único. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** iniciará a execução contratual no prazo máximo indicado na ordem de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO RECEBIMENTO

A fiscalização do cumprimento do objeto do presente contrato ficará a cargo da Comissão de Fiscalização designada pela autoridade requisitante, que será responsável por:

- I. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- II. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das sanções previstas na cláusula décima quarta;
- III. suspender a execução do fornecimento julgado inadequado;
- IV. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;



V. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às suas dependências, podendo, inclusive, lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo sexto. A fiscalização do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O recebimento se dará em tantas parcelas quantas forem as solicitações do material, na seguinte forma:

I. provisoriamente, confirmando-se no prazo de 10 (dez) dias, contados do fornecimento do material, a adequação às especificações técnicas e à quantidade exigida em parecer circunstanciado da fiscalização do contrato;

II. definitivamente, após parecer circunstanciado da fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA**, observando-se os valores ajustados.

Parágrafo primeiro. O prazo para pagamento será de no máximo trinta dias contados da data final do período do adimplemento do objeto, nos termos do art. 40, XIV, *a*, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo segundo. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão incidência de atualização financeira pelo índice IGPM e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo quarto. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao MUNICÍPIO, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa para a ocorrência do atraso.

Parágrafo quinto. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Não será exigida garantia Contratual para este Pregão Presencial nas modalidades previstas no art.56 da Lei nº8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCEÇÃO DE INADIMPLENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

Parágrafo único. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/1993, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

III. multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV. multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;

V. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos;

VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que



aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso V, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou autoridade equiparada, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Segundo - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista no inciso VI do caput deste item.

Parágrafo Quarto - Cada uma das sanções previstas nos incisos I, V e VI do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra II, III e IV.

Parágrafo Quinto - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

Parágrafo Sexto - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 5.267/2021.

Parágrafo Oitavo - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único. Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo. A declaração de rescisão deste contrato operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, após assinatura das partes.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

As partes se vinculam aos termos do presente contrato, às regras previstas no edital de licitação e ao termo de referência, bem como à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

As circunstâncias ocorridas durante a execução do contrato que não foram previstas no presente instrumento serão resolvidas a partir da aplicação da Lei Federal nº 8.666/1993 e os princípios de Direito Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

1 - _____
CPF: